



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

O “Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos”, divulgado recentemente pelo Comissariado contra a Corrupção, aponta que a previsão de tufões e a tomada de decisões relativa ao içar dos sinais de tufão dependiam do juízo e decisão pessoal do ex-director dos SMG, ignorando completamente os respectivos procedimentos e instruções internas. Esta postura burocrática não só prejudica consideravelmente o interesse público, como também desmotiva gravemente os funcionários públicos diligentes. O relatório afirma que existem lacunas e zonas cegas na fiscalização aos dirigentes por parte do Governo.

Na verdade, o Relatório de Actividades do CCAC de 2012 já tinha revelado que muitos problemas administrativos não têm a ver com problemas técnicos ou de execução, mas, sim, com os órgãos decisores das políticas, e a razão principal é que “são frequentes as omissões de actuação e os atrasos na decisão”. O relatório sublinhou que “o atraso ou omissão na actuação provoca danos de maior gravidade, sendo os seus impactos mais profundos”.

As omissões dos governantes constituem doenças crónicas nos serviços públicos, sendo maus hábitos difíceis de mudar, e isto não só afecta a imagem e a credibilidade do Governo, como também aumenta as contradições e insatisfações entre a população e o Governo. A batalha contra o tufão “Hato” trouxe à luz a postura burocrática dos nossos dirigentes e os atrasos nas suas decisões. A população está muito indignada com a baixa capacidade de resposta às situações de emergência das autoridades, e alguns residentes são de opinião que deve haver responsabilização dos dirigentes envolvidos.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

A população nunca parou de pedir ao Governo para otimizar o regime de responsabilização dos dirigentes, a fim de reprimir, a partir da fonte, as omissões e os actos arbitrários praticados por eles. Mas, lamentavelmente, até agora, o Governo nada fez, por isso, os processos de investigação com os dirigentes envolvidos muitas vezes só se limitam à colocação de perguntas e não à responsabilização da pessoa em causa.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Os problemas revelados pelo presente Relatório de investigação sobre a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos existem apenas em alguns serviços públicos ou são vulgares, na sua maioria? O Governo vai aproveitar esta ocasião para reforçar a gestão interna dos serviços públicos?

2. No Plano Quinquenal, o Governo afirmou que ia otimizar os regimes de apreciação do desempenho e de responsabilização dos titulares dos cargos públicos. No recente balanço sobre a concretização dos planos de 2016, o Governo afirmou que tinha concretizado mais de 80 por cento dos planos definidos. Gostaria então de saber: qual é o andamento do plano de optimização supramencionado? Dispõe de uma calendarização concreta?

31 de Outubro de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Lei Chan U